

## Os contratos firmados entre Machado de Assis e os irmãos Garnier / *The contracts signed between Machado de Assis and the Garnier brothers*

Valdiney Valente Lobato de Castro\*

Pós-doutorando em Linguística, letras e artes pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, com estudos sobre a produção machadiana em periódicos oitocentistas.

 <https://orcid.org/0000-0002-6704-9218>

Recebido em 17 out. 2019. Aprovado em: 27 out. 2019.

### Como citar este artigo:

CASTRO, Valdiney Valente. Os contratos firmados entre Machado de Assis e os irmãos Garnier. *Revista Letras Raras*. Campina Grande, Edição Especial, p. Port. 25-36 / Eng. 25-35, nov. 2019. ISSN 2317-2347.

### RESUMO

A produção intelectual de Machado de Assis nasceu, no início da segunda metade do século XIX, por meio das prensas do editor Paula Brito. Essa relação do autor com seus editores construiu-se a partir de laços afetivos e profissionais, como bem demonstram suas cartas. Entre esses editores os irmãos Garnier: Baptiste Louis e François Hyppolite merecem destaque, o primeiro por ser com quem o autor assinou seus primeiros contratos e o segundo por comprar, em 1899, a propriedade inteira e perpétua de suas obras. Machado de Assis, ao assinar seus contratos, garantiu um grande lucro aos editores, com quem, graças a sua notoriedade, mantinha uma relação vantajosa. A proposta deste estudo é analisar esses documentos para compreender como as cláusulas afiançam o lucro das duas partes, favorecem a qualidade da edição e, ainda, colaboram para a perpetuação das obras, o que pode ampliar a compreensão acerca da relação entre o editor, o autor e o público no mundo beletrista oitocentista, bem como destacar a importância das fontes primárias para a consolidação das letras nacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Machado de Assis; Editor; Contrato.

### ABSTRACT

*Machado de Assis' intellectual production started at the beginning of the second half of the nineteenth century, through the presses of the editor Paula Brito. This relationship of the author with his publishers was built on affective and professional ties, as well shown by his letters. Among these publishers are the Garnier brothers, Baptiste Louis and François Hyppolite. The first one was with whom Machado signed his first contracts and the second one bought, in 1899, the entire and perpetual ownership of the author's works. When signing his contracts, Machado guaranteed a great profit to the publishers, with whom he maintained an advantageous relationship due to his notoriety. The purpose of this study is to analyze these documents to understand how the clauses secure the profit of both parties, favor the quality of the edition and also contribute to the perpetuation of the works, which can broaden the understanding about the relationship between the publisher, the author and the public in the nineteenth-century belletrist world, as well as highlighting the importance of primary sources for the consolidation of national letters.*

**KEYWORDS:** Machado de Assis; Publisher; Contract.

---

\*  
 [valdineyvalente@hotmail.com](mailto:valdineyvalente@hotmail.com)

## 1 Introdução: o editor, o livro e o autor

Além da abertura dos portos, a liberdade de imprensa, que potencializou o trânsito de livros no país e possibilitou a circulação dos jornais, representou uma democratização do conhecimento aos leitores, que abocanhavam as notícias publicadas em outros países e nas províncias brasileiras. Sendo o jornal o principal veículo de informações do mundo oitocentista, é natural que editores e escritores tivessem atributos muito singulares: enquanto estes necessitavam de boas relações para editarem suas obras, aqueles assumiam um papel para além de um mero negociante de livros. O editor passa a ser uma das principais figuras das belas letras da época e, por isso, mantinha contatos com ilustres representantes dos círculos sociais mais proeminentes. Assim, dado ao poder em suas mãos, o editor detém condições de influenciar social e culturalmente, bem como de contribuir na formação da identidade nacional por meio daquilo que publica em suas prensas.

Entre esses editores, Baptiste Louis Garnier terá seu nome eternamente marcado na história da edição dos livros oitocentistas. O sucesso do editor deve-se a sua dedicação: antes dele havia, nas publicações brasileiras, sérios problemas com os erros tipográficos e muito atraso na entrega. Essas dificuldades foram minimizadas graças ao esmero do francês: a qualidade do material sempre foi a grande estratégia de venda e, diferente de outras editoras, ele cumpria rigidamente o prazo de entrega. Depois de chegar ao Rio de Janeiro, por volta de 1844, e de estabelecer sua venda na movimentada Rua do Ouvidor, em 1846, o francês ganhou a atenção dos intelectuais das letras a partir da morte de Paula Brito, em 1861. Essa política editorial cuidadosa era semelhante à dos seus irmãos e à de outros livreiros em Paris, capital do século com quem nunca Garnier perdeu o contato. Maria de Lourdes Lima Santos (1985) ressalta essa experiência dos editores franceses ao chegarem a Portugal. A pesquisadora adverte sobre o quanto as publicações portuguesas eram descuidadas, com muitos erros tipográficos e impressas em um papel inferior, o que deixou o comércio suscetível para as publicações francesas.

Para aprimorar a qualidade de suas publicações, Garnier mantinha revisores de provas e tradutores no Brasil e na França. Lúcia Granja (2013), ao analisar recibos e contratos, destacou essas relações do livreiro com profissionais mantidos na capital francesa. Além da atenção com a materialidade da obra, o francês distinguiu-se pela legitimidade dos acordos por meio de contratos e recibos, sendo o primeiro a garantir esse direito aos escritores brasileiros:

Garnier foi ainda o primeiro editor brasileiro a pagar direitos autorais. (...) Os autores também eram muito bem remunerados, quando se consideram os padrões da época, mesmo no plano internacional. Os contratos firmados com José de Alencar, a partir de agosto de 1863, garantiam ao escritor cearense cerca de 10% do preço de capa, pagos antecipadamente, uma prática insólita para a época. A princípio, ajustaram a 2ª e a 3ª edições de *O Guarani*, pelas quais o editor pagou 750\$000. Um mês depois, assinaram contrato para reeditar várias obras esgotadas de Alencar. A remuneração cresce à medida que aumenta o prestígio de Alencar e o sucesso da venda de seus livros. Uma nova edição de *Diva*, cujo contrato foi firmado em maio de 1870, ficou em 800\$000 (MACHADO, 1946, p.81-82)

Apesar de a análise de alguns contratos revelar que esses documentos foram, muitas vezes, desfavoráveis para muitos escritores, como bem destacam Lajolo e Zilberman (1996), é preciso considerar, na citação em tela, os avanços que os contratos de Garnier trouxeram aos escritores. É bem provável que as cláusulas contratuais fossem construídas com o intuito de evitar algum processo, isso porque, o direito à propriedade literária, instituída em Portugal em 1844, não estava ainda definida no Brasil, pendência que apenas em 1894 começaria a ser regulamentada.

Esses contratos construíam-se diferentemente, como distinguem Lajolo e Zilberman (2001): há acordos em que todos os custos são bancados pelo editor e há aqueles em que o escritor assume as despesas pela edição de sua obra. Essa distinção provavelmente resulte das escolhas do experiente francês que não se lançava a publicar artistas desconhecidos, firmava contratos apenas com autores de grande popularidade como Alencar, Macedo e Machado.

O livreiro era conhecido por não lançar o primeiro livro de ninguém, mas também pelas edições mais primorosas do mercado. No entanto, em virtude da concorrência com os livros estrangeiros que abundavam nas ruas cariocas, com valores bem acessíveis, Garnier lança, em 1873, a Biblioteca da Algibeira, com livros que cabiam nos bolsos dos leitores. Essa novidade, como assinala Alessandra El Far (2004), mesmo distante das publicações luxuosas comumente editadas pela Casa, gerou uma renda considerável ao editor.

Muitos aspectos favoreciam a preferência do público pelas edições da Casa Garnier: boa qualidade de material garantida com o mercado francês, zelo com o prazo de entrega e primorosa tradução. Todo esse cuidado era necessário, porque havia, no mercado, uma enxurrada de livros para todos os gostos e a preços variados: obras de autores nacionais e estrangeiros, sobre diversos assuntos e com encadernações que iam desde as mais econômicas

até as luxuosíssimas, como as da Casa Garnier, com belas gravuras, excelente qualidade de papel e encadernações bem cuidadas, dignas de serem compradas para presentes.

Mesmo com essa variedade não se pode dizer que os livros eram acessíveis a todos. Os livros mais baratos, com edições mais inferiores, custavam em torno de 1 a 2 mil réis, na década de 1870, como se nota em anúncios nos vários jornais da época. Ubiratan Machado (1946) compara esse valor com o que recebia uma costureira pela confecção de um vestido, cerca de 5 mil réis, no final da década de 1850. Alessandra El Far (2010) cita o valor de uma diária de um trabalhador pobre, sem especialização, 1.400 réis. Desse modo, para os mais desfavorecidos, mesmo as edições mais populares só eram acessíveis com dificuldade.

Diante de o pequeno poder aquisitivo de grande parte do público consumidor, entende-se por que era muito prejudicial ao editor arriscar-se a cobrir as despesas de uma edição e ter o livro encalhado nas prateleiras. Era necessário vender. Para tanto, Garnier, além do cuidado com a edição, lança estratégias de venda: foi um dos primeiros a expor os livros nas vitrines, a lançar prêmios nos jornais para atrair assinantes e a distribuir livros para circular em outras províncias e na França.

Todo esse trabalho prestimoso de Garnier lhe rendeu um lucro nada modesto. Eliana Regina Dutra (1999) afirma que ao morrer, em primeiro de outubro de 1893, o livreiro deixou uma fortuna de 7 mil contos de réis ao irmão Hyppolyte, que herdou também os negócios da Casa Garnier, mas como morava na França, as negociações diretas eram tratadas com Julien Lansac.

Essa vultosa soma herdada é resultado de um trabalho dedicado do livreiro tanto com a qualidade do material que disponibilizava ao público para garantir a venda, quanto com os contatos estabelecidos com os escritores, que viam nas prensas da Livraria Garnier, um símbolo de status. Essas relações fizeram de Garnier o principal livreiro do século XIX, não apenas por ter publicado nas quase cinco décadas em que esteve no Brasil, com esmero, 665 títulos de autores brasileiros (HALLEWELL, 1985), mas também por ter investido na produção nacional, o que é revelado pelos contratos assinados com os escritores brasileiros.

## 2 Contratos com Baptiste Louis Garnier

O primeiro contrato assinado por Machado de Assis e Baptiste Louis Garnier foi em 26 de julho de 1864 pelo lançamento de *Crisálidas*. É um documento simples com apenas três

cláusulas, em que o autor recebe 150 réis por cada exemplar que o editor mandar imprimir da obra, não apenas da primeira edição, mas de quantas outras forem lançadas. De igual modo, em 11 de maio de 1869, Machado assina novo contrato, dessa vez de duas obras: *Contos Fluminenses* e *Falenas* e recebe o valor de 200 réis por exemplar. Nesse contrato, diferente do anterior, assinala-se que sairão na primeira edição mil exemplares de cada obra, e a tiragem das seguintes edições como o editor julgar conveniente.

Os jornais da época divulgavam a coletânea comercializada a 3 mil réis, o que gerava um percentual de lucro de 6% ao escritor por cada exemplar. Apesar de parecer um valor baixo, esse percentual era alto se comparado com a política de negociação de Garnier com outros escritores, mas ao se relacionar com o contrato estabelecido pela venda de *Crisálidas*, cinco anos antes, percebe-se que o lucro do escritor, por exemplar, é o mesmo. Lucia Granja (2013), ao comparar os dois contratos, acentuou o quanto esses documentos eram desfavoráveis ao autor, pois em caso de outras edições, o lucro ainda seria o mesmo para o autor, independente do ano em que saíssem.

No mesmo ano de 1869, em 30 de setembro, Machado assina novo contrato com o francês, onde se lê:

1° Joaquim Maria Machado de Assis vende a B. L. Garnier a propriedade plena e inteira não só da primeira edição como de todas as seguintes das suas três obras “*Ressurreição*”, “*O Manuscrito do Licenciado Gaspar*” e “*Histórias da meia noite*” pela quantia de quatro centos mil réis (RS400\$000) por cada edição que fizer destas tais obras.

2° Se de uma ou de outra edição destas obras esgotar-se antes das outras o editor terá o direito de a mandar reimprimir, pagando ao autor a terceira parte da quantia acima mencionada, no artigo 1°.

3° O pagamento da primeira edição destas três obras será feito no acto de assignar o presente contrato e das outras no dia em que cada uma for exposta à venda.

4° O autor entregará ao editor o manuscrito de “*Ressurreição*” até meado de Novembro do corrente ano e o “*Manuscrito do Licenciado Gaspar*” até meado de março de 1870 e o das “*Histórias da Meia Noite*” até o fim do anno de 1870. (CONTRATO, ABL, 30.09.1869).

Ao contrário dos contratos anteriores, que orçavam o valor pago ao autor por cada exemplar impresso, este prevê o valor fechado de 400 mil réis pela edição das três obras, o que, obviamente, favorece ao editor, pois só com a primeira antologia Machado recebeu 200 mil réis. Como a coletânea *Histórias da Meia Noite* foi anunciada no valor de 4 mil réis, no caso de serem impressos mil exemplares na primeira edição, Machado teria um lucro de apenas 3,3%, bem abaixo do que havia rendido sua antologia anterior.

Sabidamente o francês, sabendo que outras edições seriam impressas, fez o contrato já prevendo lucrar com elas. Além disso, o contrato amarra a entrega também de *Ressurreição* até o final do ano de 1869, data que provavelmente teve adiamento, pois o romance só foi publicado em 1872, inclusive citado na “Advertência” de *Histórias da Meia-Noite*. Outro dado significativo no contrato é a referência à *Manuscrito do Licenciado Gaspar*, que Machado não cumpriu.

A segunda antologia de contos machadianos foi paga em setembro de 1869, prevista para ser entregue até o final de 1870, mas só foi publicada em novembro de 1873. Como Machado, em maio (apenas meses antes), já havia recebido pela venda de *Contos Fluminenses* e *Phalenas*, e em 12 de novembro casa com Carolina, Lúcia Miguel Pereira (1955) considera que provavelmente o autor, necessitando de dinheiro para dispor com o casamento que se anunciava, tenha vendido obras ainda em preparo ao editor.

Essa dedução da pesquisadora ganha consistência também ao se observar o aumento no lucro do autor no contrato assinado pela obra *Helena*, em abril de 1876: ele recebeu 600 mil réis pela edição de 1.500 exemplares. Enquanto nas obras anteriores Machado ganhou, no máximo, 200 réis por exemplar, nesse romance ele lucra o dobro. No entanto, esse aumento não significa que os contratos ficaram mais favoráveis ao autor, pois a última cláusula desse documento assegurava que Machado não poderia lançar nova edição da obra até que se esgotassem todos os exemplares disponíveis, a não ser que o autor os comprasse pelo preço de venda para o público.

É bem possível que o valor tenha aumentado em virtude da obra se tratar de um romance, mesmo já tendo figurado nas páginas do jornal *O Globo*, ou seja, já era conhecido pelos leitores. Alexandra Pinheiro, que se debruçou sobre os contratos do editor francês, considera:

A remuneração alterava-se de acordo com o tipo de livro publicado e, às vezes, de acordo com o autor. Dois livros de Machado de Assis podem ser um bom exemplo. Em 1881, ele recebeu 600\$000 mil réis pela publicação de 470 exemplares de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* e, em 1882, recebeu 950\$000 mil réis pela edição de *Papéis Avulsos* com tiragem de 950 exemplares. (PINHEIRO, 2007, p. 178).

Com o romance o lucro é maior, mesmo *Memórias Póstumas* já tendo circulado um ano antes nas páginas da *Revista Brasileira*, gera mais renda ao autor do que *Papéis Avulsos*. Entretanto, ao se analisar o contrato do romance *Quincas Borba*, que tinha circulado originalmente em *A Estação* nos anos de 1886 a 1891, o lucro não é tão favorável: assinado em

17 de outubro de 1891, o contrato assinala o pagamento de 600 mil réis pela publicação de mil exemplares.

É bem verdade que o valor recebido é o mesmo do romance de 1881 e, em comparação com os contratos anteriores assinados com o editor francês, esse foi um dos que recebeu valor mais alto. Contudo, esse valor, em consideração à quantidade de exemplares, é inferior ao que ele lucrou com *Memórias Póstumas*, mesmo tendo sido assinado dez anos depois e de se tratar de uma obra mais volumosa.

Após a morte de Baptiste Louis, Machado passou a negociar com o irmão François Hippolyte, que, além de publicações inéditas, lançou novas edições das obras do autor, mas os contratos, que asseguram esses títulos, diferem bastante dos assinados com o irmão residente no Brasil, tanto pela quantidade de cláusulas quanto pelas exigências das partes.

### 3 Contratos com François Hippolyte Garnier

Os contratos assinados com Baptiste Louis apresentaram uma menor preocupação formal se comparados com os do irmão. Enquanto aqueles iniciavam apenas citando os nomes do autor e do editor, esses trazem um cabeçalho com o endereço das partes interessadas e o nome do representante do proprietário francês no Brasil, Julien Lansac. Os contratos assinados com o novo editor são geralmente mais longos, à exceção dos relativos às reedições, os quais são mais sucintos.

Dois desses contratos, assinados em 17 de junho de 1896, referem-se à segunda edição de *Quincas Borba* e à terceira edição de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Em ambos, o acordo firmava o valor de 250 mil réis por uma tiragem de mil e cem exemplares, ou seja, Machado ganhou 227 réis por cada livro impresso. Essa quantia, vale comparar, era um pouco maior que a recebida pelo autor, há cerca de trinta anos atrás, por um exemplar inédito, e considerando, ainda, o valor anunciado à venda, bem como a excelente procura pelas obras machadianas, o montante acordado não era favorável ao escritor.

Nesses dois contratos havia uma cláusula que obrigava o autor a não publicar outra edição, sem que a tiragem acordada estivesse esgotada, e uma última condição em que o editor se responsabilizava em por o livro à venda no prazo máximo de um ano. No ano seguinte, em 1897, quando ambos assinaram contrato sobre a segunda edição de *Iaiá Garcia* com a mesma tiragem e o mesmo valor pago ao autor, essa última cláusula foi suprimida.

Em 07 de agosto de 1900, Machado assinou contrato vendendo a obra *Poesias Completas*, composta pelos livros: *Crisálidas*, *Falenas*, *Americanas* e *Ocidentais*, pelo valor de 800 mil réis. Nesse acordo, era vendida a propriedade inteira e perpétua da obra e Machado obrigava-se a: “fazer nas edições sucessivas da obra acima mencionada todas as modificações que forem julgadas necessárias como também a rever as provas de cada edição, sem ter direito a remuneração alguma por estes trabalhos”.

Essa cláusula está longe de parecer uma obrigação desfavorável a Machado. Um ano antes, a Casa Garnier havia lançado uma segunda edição de *Contos Fluminenses*, que não agradou ao autor. Em carta a Magalhães de Azeredo, datada de 28 de julho de 1899, assim expressa: “A casa Garnier reimprimiu ultimamente um dos meus livros mais antigos, os Contos Fluminenses; fê-lo sem que eu houvesse revisto o trabalho, e (creio que por equívoco) sem aviso prévio, e sem lhe pôr a nota de que era edição nova. Por tudo isso não lhe mando um exemplar” (ASSIS, 2011, p. 395).

Nos arquivos da Academia Brasileira de Letras, há uma carta, sem data, de Machado de Assis a Julien Lansac, gerente de Hippolyte, no Brasil, em que o autor reclama:

Quanto aos *Contos Fluminenses*, já lhe disse que deve ter havido algum equívoco, porque não me lembro de haver recebido qualquer comunicação a esse respeito; a reimpressão desse primeiro volume de novelas (datando de 1870) exigiria naturalmente uma revisão, não para alterar-lhe a forma ou o fundo, mas enfim para impedir a reprodução de alguns erros de estilo. Já falamos sobre a ausência da nota “Nova Edição” neste volume, que sem ela vai-se supor ser antigo, e o Sr. prometeu-me escrever ao Sr. Garnier. (ASSIS, 2011, p. 417, tradução da equipe de Paulo Sérgio Rouanet).

A carta ao amigo Magalhães de Azeredo provavelmente é anterior a essa, pois há uma carta do próprio Hippolyte para Machado, de 8 de outubro de 1899, em que se lê: “Aproveito essa ocasião para anunciar que *Contos Fluminenses* está esgotado e que vou proceder à sua reimpressão. Estarei atento para que as menções da *Academia Brasileira* e *Nova edição* não estejam ausentes, como ocorreu por ocasião da tiragem precedente.” (ASSIS, 2011, p. 419, Tradução da equipe de PAULO SÉRGIO ROUANET). Diante disso é bem provável que a cláusula tenha sido exigência do próprio autor, preocupado com a qualidade dos textos que seriam eternizados nessas edições, o que também se nota na cobrança de Machado em relacionar sua produção à Academia, a fim de conferir à obra uma consagração institucional.

Além dessas reedições, Hippolyte publicou alguns inéditos como *Memorial de Aires*, em acordo assinado em 05 de julho de 1907, e *Relíquias da Casa Velha*, firmado em 11 de março

de 1905. Esses contratos são mais longos, todos com cinco cláusulas. Nos dois casos, o valor pago pela propriedade inteira e perpétua foi de um conto e quinhentos mil réis. Além dessas disposições e da referente à revisão das provas da edição, a cargo do autor, duas outras cláusulas foram acrescentadas: Machado não podia publicar outra obra com o mesmo assunto ou título e, ainda, renunciava a todo e qualquer direito que como autor lhe concediam as leis brasileiras. Desse modo, o editor se resguardava de um possível processo movido pelo autor e evitava que a obra saísse à luz por outra editora com um novo título, caso o autor agisse de má fé.

O valor pago por esses inéditos representou a maior soma já recebida pelo autor nos contratos com a Casa Garnier, o que não significa, propriamente, um acordo vantajoso apenas para Machado, pois essa importância é referente à propriedade perpétua da obra, ou seja, o editor podia publicar quantas edições quisesse. Além disso, Machado, no início do século XX, já era considerado o chefe das letras brasileiras, entronizado pela presidência da Academia Brasileira de Letras, por isso apropriar-se de suas obras era garantia de lucro certo.

No entanto, isso não significa que Machado desse as cartas nas negociações com Hippolyte. A antologia *Várias Histórias*, por exemplo, pertencia a Casa Laemmert e em 30 de março de 1902, Machado escreveu ao francês propondo:

Tenho um volume de novelas “Várias Histórias”, cuja editora é a casa Laemmert. Esta acaba de me propor uma segunda edição, nos termos da cláusula 5 de nosso contrato, isto é, ela teria a preferência, em igualdade de condições. Como sua Casa é proprietária dos meus outros livros, desejo que ela o seja também deste. Proponho-lhe pois as condições habituais e o preço de um conto e duzentos mil-réis. Peço ao Sr. Lansac enviar-lhe um exemplar da obra. (ASSIS, 2012, p. 127, tradução da equipe de Sérgio Paulo Rouanet).

A edição de 1903, já pela Casa Garnier de Paris, ocorreu por contrato assinado em 27 de maio de 1902, mas a quantia paga a Machado é de um conto de réis. Machado pode ter aceitado reduzir em 200 réis o valor que havia proposto, por já haver vendido grande parte de sua obra ao francês, pois sabia da qualidade da Casa Garnier e queria certificar-se da imortalidade de sua obra.

### Considerações finais

Ao longo de quase meio século Machado de Assis manteve negócios com a Casa Garnier, renomada pelo trabalho cuidadoso e pelas edições luxuosas. Esse contato resultou na

posse da obra do autor que, dessa forma, sabia que seus livros sairiam ao público pelas melhoras prensas. É bem verdade que essa relação ao mesmo tempo em que beneficia a qualidade da edição, também gera algumas perdas ao autor, isso porque, os valores estipulados nos contratos, como se viu, nem sempre foram dignos do talento de sua pena.

Na análise desses acordos, os valores foram contabilizados a partir da quantidade de exemplares de cada edição. No entanto, na década de 1860, Machado ganhou 200 réis por cada exemplar de um livro inédito e na década de 1890 ele ganha 227 réis por um reeditado. Além da diferença de trinta anos entre um contrato e outro, é preciso relacionar a quantia paga ao autor com o valor da venda do livro. Nas páginas do *Jornal do Comércio*, na década de 1890, os livros reeditados são vendidos por 5 mil réis, e até mesmo em anúncios de leilão essas obras chegam a 4 mil. Desse modo, a proporcionalidade entre o aumento do lucro do editor não se estendeu ao valor pago ao autor.

O testamento de Machado, assinado em 1906, declarava que o autor possuía doze apólices da dívida pública, cada uma no valor de um conto de réis, dinheiro depositado na conta corrente e várias quantias recolhidas na Caixa Econômica. Essa não é uma quantia modesta para um autor oitocentista, o que se acentua ao se comparar os valores acordados com Machado, nos contratos, com as quantias pagas a outros autores: a diferença é evidente, possivelmente pela relação de longa data com a Casa Garnier, iniciada desde a publicação do *Jornal das Famílias* (1863-1878) e pelo nome de Machado nas letras nacionais, que certamente assegurava o interesse pelos seus livros.

Surge daí o interesse do editor em apropriar-se perpetuamente da obra e para isso acaba nos contratos que o autor renuncie de seus direitos sobre seus livros. Nessa época, não estavam instituídos juridicamente os direitos morais do autor sobre a obra, que reconhecem a paternidade do escritor sobre seus escritos, o que os torna inseparáveis do autor, uma vez que são considerados atributos de sua personalidade.

Quanto à cláusula contratual sobre a revisão da obra, sem nenhum pagamento ao autor, esse acordo surge pela preocupação do próprio Machado. Ao analisar as cartas trocadas entre Julien Lansac e o autor é notável o quanto este, que já havia trabalhado como revisor de provas para Paula Brito, estava atento para a materialidade da obra, por isso cuidados como o tamanho da letra, a qualidade do papel, e a encadernação são bastante destacados. Essas exigências são possíveis pela longa relação do autor com a Casa Garnier, pois diferente de muitos escritores, Machado teve facilidade de publicar seus escritos, graças às relações construídas

desde a década de 1850 com o mundo beletrista carioca, em que surgiu e, por meio dele, se consagrou.

## Referências

ASSIS, M. *Correspondência de Machado de Assis*. Tomo III – 1890-1900. Org. Sergio Paulo Rouanet, Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2011.

\_\_\_\_\_. *Correspondência de Machado de Assis*. Tomo IV – 1901-1904. Org. Sergio Paulo Rouanet, Irene Moutinho e Sílvia Eleutério. Rio de Janeiro: ABL, 2012.

CONTRATO celebrado entre Machado de Assis e o editor Baptiste-Louis Garnier para a primeira edição de Contos Fluminenses e Phalenas. *Arquivo da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: 11 de maio de 1869.

CONTRATO celebrado entre Machado de Assis e o editor Baptiste-Louis Garnier para a primeira edição de Histórias da Meia Noite, O Manuscrito do Licenciado Gaspar e Ressurreição. *Arquivo da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: 30 de setembro de 1869.

CONTRATO celebrado entre Machado de Assis e o editor François Hippolyte Garnier para a primeira edição de Poesias Completas. *Arquivo da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: 07 de agosto de 1900.

CONTRATO celebrado entre Machado de Assis e o editor François Hippolyte Garnier para a primeira edição de Várias Histórias. *Arquivo da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: 27 de maio de 1902.

CONTRATO celebrado entre Machado de Assis e o editor François Hippolyte Garnier para a primeira edição de Relíquias da Casa Velha. *Arquivo da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: 11 de março de 1906.

CONTRATO celebrado entre Machado de Assis e o editor François Hippolyte Garnier para a primeira edição de Memorial de Aires. *Arquivo da Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro: 05 de julho de 1907.

DUTRA, E. R. O almanaque Garnier, 1903-1914: ensinando a ler o Brasil, ensinando o Brasil a ler. In: ABREU, Márcia. *Leitura, História e História da Leitura*. São Paulo: Mercado das Letras, 1999, p. 477-504.

EL FAR, Al. *Páginas de Sensação: Literatura Popular e Pornográfica no Rio de Janeiro (1870-1924)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

EL FAR, A. Ao gosto do povo: as edições baratíssimas de finais do século XIX. In: BRAGANÇA, A., ABREU, M. *Impresso no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 89-99.

GRANJA, L. Rio-Paris: primórdios da publicação da Literatura Brasileira chez Garnier. *Revista Letras*, Santa Maria, v. 23, n 47, p. 81-95, jul./dez. 2013.

HALLEWELL, L. *O Livro no Brasil: sua história*. São Paulo: T. A. Queiroz, Edusp, 1985.

LAJOLO, M. e ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

LAJOLO, M. e ZILBERMAN, R. *O preço da leitura: leis e números por detrás das letras*. São Paulo: Editora Ática, 2001.

MACHADO, U. *A vida literária no Brasil durante o Romantismo*. Rio de Janeiro: Tinta Negra Bazar Editorial, 1946.

PEREIRA, L. M. *Machado de Assis* (Estudo crítico e biográfico). São Paulo: José Olympio, 1955.

PINHEIRO, A. S. *Para além da amenidade – o Jornal das Famílias (1863-1878) e sua rede de produção*, 2007, 278 p, Tese de Doutorado em Teoria e História Literária. Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas.

SANTOS, M. L. L.. As penas de viver da pena: aspectos do mercado nacional do livro no século XIX. *Análise Social*. Terceira Série. 86 (XXI: p. 187-227, 1985.)